



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0006833-97.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**
 Documento de Origem: **IP - 134/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ALESSANDRO AUGUSTO SCARPI CARVALHO e outro**
 Vítima: **AUTO POSTO MONTEIRO LOBATO e outros**

Aos 27 de setembro de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu DIEGO HENRIQUE RODRIGUES. Presente o réu ALESSANDRO AUGUSTO SCARPI CARVALHO. Presente o seu defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Mantidas as algemas para segurança dos presentes, observada a disciplina da escolta policial, que exige segurança também dos próprios agentes. Ademais, existem no fórum outras audiências criminais nesta data, havendo risco à integridade física dos presos e dos demais presentes, razões pelas quais se justifica a manutenção das algemas, nos termos da Súmula vinculante nº 11 do E. STF. **Prosseguindo**, foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu Alessandro, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. DIEGO HENRIQUE RODRIGUES e ALESSANDRO AUGUSTO SCARPI CARVALHO, qualificados nos autos, estão sendo processados pela suposta infração ao artigo 157, §2º, II, do Código Penal, porque de acordo com a denúncia, no dia 23 de março de 2014, aproximadamente às 19h50min, na Rua Padre Teixeira, nº. 3438, Centro, São Carlos, no interior do posto "Monteiro Lobato", previamente ajustados e com unidade de desígnios, teriam subtraído para eles, mediante emprego de grave ameaça exercida contra as vítimas Jonathan Willian Lara e Adão Luiz Aleixo, a quantia de R\$300,00 em dinheiro e uma cártula de cheque preenchida no valor de R\$70,00, de propriedade do referido estabelecimento. Apurou-se que os denunciados ingressaram no estabelecimento e abordaram a vítima Adão Luiz Aleixo, que estava no caixa, e anunciaram o assalto mediante grave ameaça exercida com simulacro de arma de fogo. Em seguida ordenaram a entrega do dinheiro do caixa. Após, o policial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

civil Carlos Alberto Bertini recebeu informações anônimas de que o denunciado Diego era autor crime. Interpelado, confessou espontaneamente o delito. Prosseguindo-se com as investigações os agentes policiais receberam informações de que o denunciado Alexandre, o qual foi preso pela prática de outro delito, seria o coautor da presente infração. Ambos os réus foram reconhecidos pelas vítimas. Recebida a denúncia (fls.92), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.156). Em instrução foram ouvidas duas testemunhas de acusação (fls.210 e 301-audiovisual-acessada pelo Portal de Serviços do TJSP). Hoje, em continuação, foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu Alessandro. O réu Diego é revel (fls.210). Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia, com regime inicial fechado. A defesa pediu a absolvição do réu Diego por falta de reconhecimento seguro com as formalidades legais. Subsidiariamente, o reconhecimento da atenuante das confissões, pena mínima, regime inicial semiaberto e direito ao recurso em liberdade. **É o Relatório. Decido.** Os réus são confessos. A prova oral reforçou o teor das confissões. Diego confessou no inquérito (fls.86). Alessandro confessou também em juízo, hoje, e reconheceu Diego na foto de fls.14. As vítimas também reconheceram Alessandro hoje, em juízo, com segurança e também reconheceram Diego por foto, após terem feito descrição dos acusados, não se podendo dizer ausentes formalidade legal neste procedimento de reconhecimento feito em juízo. Afasta-se, assim, a alegação de insuficiência de provas, observando-se que a livre convicção, autorizada pelo artigo 155 do CPP, leva a formação de certeza sobre o ocorrido, diante daquilo que se apurou na fase judicial. A condenação dos dois réus é de rigor, reconhecido o concurso de agentes e o fato que na época dos fatos eram primários e de bons antecedentes. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** ALESSANDRO AUGUSTO SCARPI CARVALHO e DIEGO HENRIQUE RODRIGUES como incurso no artigo 157, §2º, inciso II, c.c. artigo 65, III, “d”, do Código Penal. Passo a dosar as penas. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo para cada réu, a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já consideradas as atenuantes das confissões, que não podem trazer a sanção abaixo do mínimo. Em razão da causa de aumento do concurso de agentes, aumento a sanção em 1/3, perfazendo a **pena definitiva, para cada um dos réus, de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 13 (treze) dias-multa, no mínimo legal.** Considerando que os réus são primários e de bons antecedentes, além de confessos, posto que na data dos fatos não possuíam condenações ou crimes praticados, as penas privativas de liberdade deverão ser cumpridas inicialmente em **regime semiaberto**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. É posição da jurisprudência que regime semiaberto é o adequado, no caso de roubo qualificado, com réu primário e de bons antecedentes (STJ, HC 112.742, JC.4.11.2008, RT 881/565). No mesmo sentido, cabe ressaltar a edição da Súmula 440 do STJ: “fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito". Mais ainda, quando o réu é confesso, demonstrando potencial para a ressocialização, finalidade máxima da pena. Os réus poderão apelar em liberdade. Após o trânsito em julgado, expeçam-se mandados de prisão. **Intime-se o réu Diego Henrique Rodrigues da sentença.** Não há custas nessa fase, por serem os réus beneficiários da justiça gratuita e defendidos pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: